



14. CULTURA E COMUNICAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DE NOVAS SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO ESPAÇO-TEMPO DA CIDADE

SESSÃO - 02

*Fabiana Felix do Amaral e Silva**

Resumo

Este artigo propõe discutir sobre a possibilidade de construção de ações emancipatórias frente às imposições hegemônicas dos processos globalizantes, ao compreender as práticas construídas nas ambiências das classes subalternas, em especial sua relação com o espaço no contexto da cidade. Estas relações são discutidas a partir do entendimento da comunicação e cultura como campo investigativo e considerando o espaço como eixo articular das subjetividades das classes subalternas. Para construir esta reflexão propõe-se a discussão de três questões: a importância da pesquisa em comunicação e culturas subalternas; a compreensão das alterações ocorridas na relação espaço-tempo e, o entendimento da cotidianidade como palco de análise tanto da reprodução do capital como dos processos emancipatórios da realização da vida.

Palavras-chave: Comunicação e culturas urbanas; Culturas subalternas; Cotidiano, espaço e subjetividade

Resumen

En este artículo se discute la posibilidad de construcción de la acción emancipatoria contra las imposiciones de los procesos de globalización hegemónica, para comprender las prácticas construido en el ambiente de las clases bajas, en especial su relación con el espacio dentro de la ciudad. Estas relaciones se analizan a partir de la comprensión de la comunicación y la cultura como un campo de investigación, y considerando el espacio como el eje de la articulación de las subjetividades de las clases subalternas. Para construir esta reflexión se propone discutir tres temas: la importancia de la investigación en comunicación y culturas subordinadas, la comprensión de los cambios en el espacio-tiempo, y la comprensión de la vida cotidiana como un escenario para el análisis tanto de la reproducción del capital de los procesos de emancipación a la trayectoria.

Palabras clave: Comunicación y culturas urbanas; las culturas subalternas; la vida cotidiana; el espacio y la subjetividad

* Arquiteta, Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e Doutoranda do Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes -ECA-USP. Bolsista CAPES. Pesquisadora do Celacc- Centro de Estudos Latino-americanos sobre cultura e comunicação -ECA-USP.



O interesse investigativo em relacionar cultura, comunicação e espaço surge da necessidade de construção de elos investigativos entre as ciências; colocar o foco investigativo na priorização da produção do conhecimento em sua totalidade em detrimento da cisão entre os campos científicos.

Os procedimentos metodológicos que possibilitam essa nova abordagem alicerçam-se na concepção gramsciana da Filosofia da Práxis segundo a qual, as concepções teóricas são construídas no embate com a realidade concreta a ser analisada.

Deste modo, a Filosofia da práxis é compreendida não como “ato puro”, puro pensamento, esquema gnosiológico abstrato que “cria” idealisticamente as coisas e os fatos, mas “ato impuro”, atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas, dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as cristalizações culturais:

A teoria do conhecimento (ou filosofia da práxis ou dialética), continua a desempenhar um função insubstituível, particularmente hoje, em um mundo dominado por uma ordem econômico-político-cultural que, embora decante as conquistas científicas, a diferença e o pluralismo, esteriliza concepções alternativas, reprime aspirações populares, sufoca os conflitos e dis-

simula as contradições, tudo harmonizado, adaptando, conjugando e subordinando a um pensamento único e naturalizado. (SEMERARO, 2000, p. 36)

Portanto, procura-se compreender os processos emancipatórios à realidade neoliberal ao relacionar as teorias da comunicação e culturas das classes subalternas e a análise do espaço como recorte essencial para compreender as mudanças em sua totalidade, pois encontram-se nele as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminarem-se as particularidades. Deste modo, o espaço contém tanto as marcas dos processos totalizantes, tais como a *tendência à homogeneização* e ao *processo de fragmentação do espaço e da sociedade*, como também, as sementes de mudança fundamentadas nas relações humanas presentes no cotidiano:

(...) o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem” (SANTOS, 2001, p.45)

Para começar a tecer essas possibilidades investigativas propõe-se a discussão de três aspectos: 1º - o entendimento da lógica da produção do espaço e as alterações na relação espaço-tempo; 2º - a apresentação das possibilidades teóricas das pesquisas em comunicação e culturas das classes subalternas; 3º - o destaque da importância da cotidianidade e do plano





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

do lugar para a construção de possibilidades emancipatórias discutidas a partir da concepção de subjetividade.

A lógica da produção do espaço e a relação espaço-tempo

Na produção do espaço urbano, uma racionalidade, cada vez mais necessária, reina sobre o lugar. Deste modo, primeiro o espaço é produzido de acordo com a lógica do capital e depois é liberado para o uso, ou seja, ocorre uma inversão de sentidos, pois o que está em jogo não são as necessidades dos que habitam a cidade e sim dos que a produzem.

Deste modo, acredita-se que as propostas para o espaço a partir da visão da arquitetura e do urbanismo foi e ainda é estabelecida e dogmatizada em um conjunto de significações verbais e discursivas. Essas propostas não consideram as significações percebidas e vividas por aqueles que habitam o espaço. Para entender este fato é essencial desvendá-lo e compreender que essas propostas estão fundamentadas na reprodução do capital e ao se materializarem no espaço das cidades e localidades, desarticulam a luta ao encobrirem a compreensão de todo o processo histórico.

É deplorável a ausência de um pensamento sobre a cidade. Esse pensamento foi substituído por um totalitarismo da gestão urbana. Os políticos estão

cada vez mais preocupados em produzir sua própria imagem, sua grife. E não pode se duvidar que estes políticos saibam usar como ninguém os arquitetos para figurar sua própria monumentalidade. (JEUDY, 2000, p.36)

A análise das alterações ocorridas na relação espaço-tempo é significativa para compreender os processos de produção e de dominação do espaço.

Bauman (2001) apresenta seu entendimento sobre essa relação ao trabalhar com o conceito de “modernidade líquida” e “modernidade sólida”. Estabelece a seguinte analogia: a modernidade líquida representa os tempos modernos nos quais as relações são pautadas pela fluidez, rapidez e fugacidade. Na modernidade sólida, que corresponde ao momento histórico anterior da época da industrialização, as relações sociais tem peso, são localizadas e determinadas no espaço.

A voraz diminuição dos espaços em locomoção física ou sensorial é um dos mais claros exemplos do derretimento desses padrões (sólidos) que eram vigentes. Atualmente, computadores e telefonia, ambos móveis e portáteis, levam consigo a ordem e agenda de qualquer lugar, em ações que podem criar reações transformadoras (caóticas) de qualquer lugar para diversas posições do globo. (BAUMAN, 2001, p.132)

Deste modo, articula no campo das análises sociológicas, as mudanças de





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

concepção da relação espaço-tempo. Na modernidade sólida, o tempo era o meio, que precisava ser administrado prudentemente para que o retorno de valor, que era o espaço, pudesse ser maximizado - a era do *hardware*.

Na modernidade leve - a era do *software* - a eficácia do tempo como meio para alcançar valor tende a aproximar-se do infinito; significa que como todas as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo e nenhuma parte do espaço é privilegiada, nenhuma tem um valor especial.

Outra referência analítica importante se relaciona com as possibilidades investigativas de Lefebvre (2001) que propõe uma reflexão simultânea sobre “dialética” e “espaço”, a partir da construção de uma “tríade conceitual”: plano do vivido, plano do percebido e o plano do imaginado, na qual dimensões materiais, mentais e sociais se relacionam e permitem compreender a produção do espaço social e a dinâmica de sua transformação. Essa tríade conceitual compreende, segundo Lefebvre, os planos do vivido, do percebido e do imaginado.

O *plano do vivido* é o plano das práticas espaciais materiais, fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a produção e a reprodução social. Aqui estão inscritas todas as

possibilidades da realidade concreta.

O *plano do percebido* é o plano das representações do espaço. Compreende todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (a engenharia, a arquitetura, a geografia, o planejamento, a ecologia social, etc)

O *plano do imaginado* é plano das invenções mentais (códigos, símbolos, signos, discursos espaciais, planos utópicos, paisagens imaginárias e até construções materiais como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc.) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais.

A proposta está em compreender a articulação desses planos e as suas relações dialéticas inscritas na vida cotidiana, para vislumbrar as novas possibilidades de conceber as espacialidades das culturas subalternas.

Na mesma tentativa de buscar alternativas, Havery (2006) desenvolve a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, e aponta para a necessidade de integrar à análise, o conceito de espacialidade, que tem sido desconsiderado pela





maioria das teorias sociais. Para compor seu pensamento combinou quatro condicionantes: a inserção material do processo de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica; a acumulação do capital no espaço e tempo; a acumulação via espoliação e os conflitos nas diferentes escalas geográficas.

Parte-se do pressuposto de que as grandes transformações no processo produtivo - em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem incessantemente transformações na organização do trabalho e da produção - produzem uma nova articulação espacial e para compreendê-la é imprescindível desvendar as relações espaço/tempo no mundo moderno.

A análise de Bauman (2001) sobre a desvalorização do espaço na atualidade confirma-se em outros referenciais teóricos que também enfatizam que a tônica está no desfacelamento do espaço. Haverly (1992) trabalha com a noção de que espaço se esfuma, se desfaz, ou ainda, Ianni (1993) ao avaliar que o processo de globalização tende a desterritorializar as coisas, gentes e idéias.

Diante desse quadro muitas vezes pessimista, acredita-se, como Santos (2001), que é nesses momentos de crise que alternativas podem ser construídas:

(...) o espaço é a matéria trabalhada por excelência: a mais representativa dos

objetivos da sociedade, pois acumula, no decurso do tempo, as marcas das práxis acumuladas. (SANTOS, 2001, p.58)

Diante dessas considerações estruturais e teóricas sobre a relação espaço-tempo, busca-se levantar as possibilidades investigativas da teoria da comunicação e cultura subalternas.

A pesquisa em comunicação e culturas subalternas

A partir do conhecimento dos processos desestabilizadores da sociedade globalizante é significativo pensar as possibilidades do plano teórico e vislumbrar as possibilidades do campo da cultura e comunicação subalternas. Para compreender a pesquisa em comunicação na América Latina é relevante perceber que, mais do que inquietações científicas e/ou a tendência a reproduzir métodos advindos de outras realidades, são as demandas políticas e sociais que impulsionam a produção do conhecimento em comunicação na América Latina:

A Communication Research nos Estados Unidos, cuja motivação foi o impacto social dos meios de comunicação de massa, e com a produção da Escola de Frankfurt, na Alemanha, que teve o nazismo como fenômeno inspirador de seus estudos sobre a Indústria Cultural. Na América Latina, as marcas da dependência estrutural, que evoca uma cultura do silêncio e da submissão mas, também, de resistência e de luta, são o pano de fundo da busca por compreender o que acontecia com a comunicação e demarca as fronteiras do emergente cam-





po de estudo. (BERGER, 2003, p.241)

Deste modo, observa-se que a construção de processos teóricos que repensem os sistemas de dominação neo-liberal da atualidade latino-americana, se correlaciona com as demandas políticas e sociais, tais como a constituição de governos de base popular e a intensificação das lutas populares. Ferreira (2007) observa o paradoxo existente neste processo ao compreender que o mesmo processo que dizima as conquistas - a implantação do neo-liberalismo -, também é responsável por um despertar percebido tanto no cenário empírico como teórico. Portanto, constroeu-se nesta realidade, um contra-fluxo teórico e empírico responsável por muitos dos questionamentos que desembocam na constituição de possibilidades emancipatórias:

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico. E que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições. Eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro. (Jean Paul Sartre apud SANTOS, 2001)

Esse pensamento, embora oriundo de um determinado momento do passado histórico, ainda permanece atual. Frente à realidade dos nossos dias, em que as concepções fragmentadas de mundo, a dominação insana - porém simulada -, a propagação da desumanização das relações sociais têm tornado esse

mundo vazio de sentido, que posição tomar? Como prover a mudança? Quais os caminhos? Quais as articulações do pensamento teórico com o mundo empírico, especialmente nas Ciências Sociais?

A articulação entre cultura e comunicação é eleita como espaço de construção dessas possibilidades no plano teórico. Cultura é compreendida como campo onde se estabelecem os conflitos, coexistindo processos de dominação, apropriação, resistência e (re)apropriação, num movimento dialético e contraditório entre os setores hegemônicos e subalternos.

O conceito de subalterno é referenciado às perspectivas de Gramsci que ao criar a expressão, emprega-a no sentido de diferenciar o patrimônio cultural do povo da cultura oficial e assim constrói um conceito dinâmico e historicista, no qual a cultura é compreendida como um processo que se conserva e renova-se permanentemente somente na prática social. Esta ótica amplia o sujeito produtor/receptor/consumidor de cultura a todo o universo social.

Nesta perspectiva, a definição de classes subalternas apresenta diferenças significativas com a de classes exploradas, na medida em que o subalterno está num campo semântico que transcende a determinação econômica pelo lugar que a classe ocupa na estrutura produtiva,





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

atendendo, ao mesmo tempo, à dominação cultural, a qual se define pelo lugar que a mesma classe ocupa no âmbito da hegemonia. (FERREIRA, 2007). Vale salientar a atualidade do pensamento de Gramsci, especificamente hoje, em que é possível estabelecer as intersecções entre o seu pensamento e os problemas filosóficos e políticos da atualidade. Semeraro (2000) propõe esta articulação para discutir de que modo os setores populares, mesmo em condições adversas, podem se organizar politicamente e chegar a construir um projeto próprio de mundo alternativo e superior ao existente.

Ao estabelecer alguns parâmetros dessa nova realidade globalizante, fluida, tecnológica, percebe-se o quanto os seus efeitos são produzidos no campo cultural, e deve-se considerá-lo como o lugar em que esse novo discurso legitima-se por meio da atuação dos *media*:

As ações dos *media* – um dos principais instrumentos de expansão e de integração do neoliberalismo – que atuam no campo da mediação social, transformam as concepções de vida, os valores éticos, estéticos, artísticos e religiosos de toda a sociedade, e através dos mecanismos de consenso criam sistemas de simulacros que mascaram as diferentes formas de apropriação e dominação. (SILVA, 2006, p.38)

Esse movimento pode ser justificado na definição da cultura, por Néstor Garcia Canclini (1988): “o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a

estrutura social”.

E, se a comunicação é entendida como mediação social, pode ser relacionada com os fenômenos da cultura. É no espaço da cultura, da cotidianidade, portanto, que se desenvolvem as relações conflituosas dentro de uma sociedade na interação com os diferentes sistemas comunicacionais.

O campo cultural é o lugar da manifestação dos conflitos e das disputas simbólicas e comunicacionais; coexistem nele, os processos de dominação e também de apropriação; é o espaço das negociações entres os diferentes atores desta dinâmica. Deve-se ter em conta que as diferenças ultrapassam o entendimento de experiências societárias distintas, pois compreende-se que essas diferenças também existem devido à desigualdade dos acessos aos capitais econômicos, culturais e simbólicos. Garcia Canclini (1988) evidencia que existem culturas populares porque a reprodução desigual gera:

- a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes e grupos na produção e no consumo.
- nos setores excluídos da participação plena nos produtos sociais, uma satisfação específica de suas necessidades, a partir de suas condições de vida.
- uma interação conflitiva entre as





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

classes subalternas e as hegemônicas pela apropriação dos bens sociais.

Desta forma, é na análise da cotidianidade das culturas das classes subalternas que a pesquisa em comunicação agregará conhecimento:

É no espaço cultural, na cotidianidade, portanto, que se dão as relações das classes subalternas com o mundo material e com as classes hegemônicas (...) nesse espaço conflitivo e adaptativo, as culturas subalternas refuncionalizam as mensagens recebidas, adaptando-as ao seu cotidiano. (Garcia Canclini, 1988)

Ainda de acordo com o pensamento de Garcia Canclini, o acesso aos procedimentos simbólicos mais sofisticados é um imperativo da sociedade atual, para trabalhar e consumir. Ferreira (2006) dá indício desta nova configuração:

Esta situação aumentou a distância material e cultural entre as classes da mesma sociedade e entre países periféricos e centrais. A propriedade transnacional das novas tecnologias aumenta também a assimetria entre os poderes locais e nacionais e aqueles de caráter transnacional. Esta situação, que se manteve desde os primórdios da expansão capitalista, no neoliberalismo, atinge seu auge. (FERREIRA, 2006, p. 47)

Sendo assim, estas condições na atualidade estão presentes na diferenciação. A diferença entre as classes e grupos sociais não é apenas econômica. Mas é o resultado desta participação diferenciada na reprodução material-simbólica da

sociedade. É por isso que a explicação para a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais não está apenas no campo da produção, mas na realidade do mundo atual; se expressa também em outras esferas do social.

Por outro lado, é imperioso localizar os cenários nos quais se expressa a cultura popular subalterna:

Pode-se considerar que a cultura subalterna é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, através dos processos de adaptação e ressignificação dos quadros dados pelo sistema, tendo como principal instrumento, os seus próprios meios de comunicação. (FERREIRA, 2006, p.48)

Ao penetrar no campo do entendimento da comunicação e cultura como o campo de construção da práxis social é imperativo que seja desarticulada a concepção parcelar das ciências e das teorias sociais e se institua as interfaces entre os campos de conhecimentos, visto a sua relevância para o entendimento da atualidade. É importante evidenciar que a comunicação, como área de conhecimento relativamente nova, se fortalece, quando foge das análises funcionalistas, e penetra no entendimento da comunicação como *locus* da vinculação social:

Muitos dizem que a comunicação não tem objeto. Eu acho que tem. (...) Eu acho que o objeto da comunicação é a vinculação social. É como se dá o vínculo, a atração social, como é que as pessoas se mantêm





unidas, juntas socialmente. (SODRÉ,2001, p.02)

Ao compreender a comunicação como o entendimento do vínculo, dos laços societários, a comunidade não é entendida simplesmente como agregação ou junção de pessoas, e sim como laço atrativo. Ao comparar com o objeto de análise da *mídia* percebe-se que se trata de outra concepção, pois neste caso trabalha-se com as relações que fogem ao entendimento dos vínculos. O vínculo atravessa os limites, atravessa o corpo, os sonhos, o psiquismo do sujeito:

A mídia trabalha a relação. Enquanto que a comunicação é maior que a mídia. Ela envolve a existência mesmo. O núcleo dela é a comunidade. Então é preciso entender radicalmente o que é comunidade. A sociedade não acabou com a comunidade, com a formação societária. (SODRÉ, 2001, p.02)

Na análise crítica sobre a atuação das *mídias*, Sodré (2001) articula o pensamento que essa atuação tende a destruir e acabar com a comunidade, porque viver a comunidade   viver também a sua tensão, a sua violência; porque onde há comunidade há possibilidade de violência, de tensão. E propõe, também, a discussão sobre os conceitos de rela o e vincula o:

Por isso   complicado abordar a comunidade, compreendê-la como lugar de vínculos. Portanto, a m dia trata a externalidade dessa vincula o, que   a rela o. E está tratando de uma forma cada vez mais

externa. Hoje, na Internet, por exemplo, nunca as pessoas estiveram tão conectadas, tão ligadas, mas não vinculadas. (SODRÉ,2001, p.03)

Ao conceber a comunica o como “vincula o”, faz-se necessário retomar a proposta de Santos (2001) para quem a apropria o - realizada pelos excluídos do sistema -   a mola propulsora da mudança das bases materiais do período atual, tanto no plano empírico como no plano teórico; ou seja, mudar os intuitos da unicidade da técnica, utilizar das convergências dos momentos e da possibilidade de conhecer o planeta em prol do desenvolvimento humano e, desta forma, alterar as falsas conectividades através da constru o e reconstitu o dos vínculos, especialmente das práticas sociais.

No campo desta discussão Paiva (2005) apresenta o conceito de “comunidade gerativa” que nasce da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea - a falência da política de projetos, a descentraliza o do poder, a forte t nica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas rela oes sociais - produz a busca por alternativas, ou seja:

(...) aquela experiência capaz de tirar do torpor os sujeitos envolvidos em projetos individuais e inseri-los em praticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social, ou seja, a vincula o entre sujeitos cujo propósito maior   efetivamente seu florescimento harm nico com o contexto histórico e social do seu tempo” (PAIVA,





2005, p. 25)

Pode-se citar diferentes exemplos empíricos de propostas de organização alternativas ao sistema dominante, tais como: a constituição de rádios comunitárias em comunidades excluídas, a constituição de redes midiáticas de discussão e produção de tecnologia social e também a apropriação de mecanismos tecnológicos (como acesso a internet) pelos povos originários (projeto ONG *Video nas Aldeias – VnA*) para a elaboração de documentários que têm tanto objetivo de preservação da sua cultura e identidade, como de denúncia dos processos de expropriação sofridos.

No entanto, a real mudança estará alicerçada na concepção ampliada de política - não naquela do senso comum em que o resultado é o direito ao voto-, mas, naquela que, a partir das concepções de Gramsci, entende que fazer história é fazer política; é identificar-se e posicionar-se diante dos processos que interferem e atuam nas suas relações tanto locais, cotidianas, como nas mantidas com o mundo. O erro está em abandonar a esfera política. Sader (2009) evidencia que a existência das ONGs, organizações que se definem por uma suposta rejeição à política e com as quais muitos movimentos sociais têm praticas comuns, fortaleceu essa tendência.

Quando os movimentos sociais ficaram restritos à esfera social, puseram-se na

defensiva, sem capacidade de criar instrumentos para a disputa da hegemonia política. O “outro mundo possível” só pode ser criado com novas estruturas de poder, não apenas a partir de resistência de base. (SADER, 2009)

Para começar a construir as possibilidades reais é preciso observar esses processos conflitivos e adaptativos e evidenciar as construções subjetivas das práticas das culturas subalternas: como se relacionam, como negociam, como se comunicam nesse processo. As subjetividades podem ser observadas em diversas articulações desses setores subalternos, presentes nos seus processos comunicativos por meio das manifestações culturais, das falas, dos gestos, das atuações e práticas políticas, etc.

Um dos vetores desses processos comunicativos é a sua relação com o espaço, ou seja, o entendimento de como se relacionam com ele, como deixam e perpetuam suas marcas, como se apropriam, se adaptam e se articulam.

Em muitas análises sobre os processos comunicacionais o espaço não é concebido com elo articulador dessas mudanças. Estas pesquisas não ultrapassam a amplitude abstrata do espaço e assim não o consideram como condição, meio e produto da realização da sociedade humana. Desta forma, para construção de uma proposta investigativa alternativa, o espaço é considerado como





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

eixo articulador das subjetividades das culturas subalternas e é compreendido enquanto espacialidade. A noção de espacialidade traz consigo a idéia de processo em permanente movimento não se trata do espaço em si, como objeto analítico, mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético.

Diante dessas considerações estruturais e teóricas sobre a pesquisa em comunicação e culturas subalternas, busca-se elaborar um instrumental conceitual para o entendimento do espaço como *referência concreta* (constituente e constituída) da prática social que incorpora uma reflexão simultânea na articulação com a cotidianidade.

Espaço e Cotidianidade: construções subjetivas no campo da realização da vida

A cotidianidade desenvolve-se na vida objetiva, na concretude de qualquer sociedade. É o lugar onde as práticas concretas dos homens com natureza, com os deuses e com os outros homens se traduzem em experiências sociais; é também *locus* de reprodução dos meios de subsistência material e simbólica, o lugar fundamental de constituição da cultura em sentido amplo. A cotidianidade é ainda o cenário do devir histórico, no qual seus efeitos são incorporados à vida

social. Nesta relação é essencial repensar o entendimento do espaço não como mero conceito abstrato e sim como *locus* da reprodução da vida cotidiana.

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí as suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade.(...) ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. (FERREIRA,2007, p.12)

Ao analisar o espaço a partir da concepção da vida cotidiana traduz sua presença como o cenário das experiências materiais, concretas e também de construção da subjetividade, das emoções, comportamentos e representações.

A compreensão do espaço como concepção totalizante da vida cotidiana e centro do sistema de comunicação e informação entre os indivíduos, transforma-o no cenário privilegiado para o entendimento das desigualdades, dos processos de dominação e também de apropriação do espaço nas cidades.

Se entender a cultura como o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social, como afirma Garcia Canclini fundamentando-se em Gramsci, pode-se considerar que as possibilidades de resistências às desigualdades geradas pela reprodução do capital





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

na vida cotidiana devem ser analisadas a partir dos sujeitos dessas relações, especificamente a partir dos que sofrem com essas desigualdades: “o espaço se compõe da experiência, além de permitir a vida, lugar onde gerações sucessivas deixaram suas marcas, projetaram suas utopias, seu imaginário”. (CARLOS, 2001, p.32)

No processo de reprodução das relações sociais apresentam-se as contradições e os conflitos: “é por isso que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas da realização da sociedade.” (CARLOS, 2001, p.38)

Compreende-se que a cultura é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, por meio dos processos de adaptação e resignificação dos quadros dados pelo sistema, tendo como principal instrumento, os seus próprios meios de comunicação inseridos no processo de realização da vida.

Para a compreensão da totalidade dos processos é imprescindível superar a racionalidade lógica que impera na produção do espaço, e evidenciar, a partir do entendimento das relações entre dominação e apropriação, três questões presentes nesse processo: a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida.

Mesmo com o acentuado processo de dominação e reprodução do capital no espaço das cidades essas ainda contém as possibilidades da vida cotidiana presentes nas articulações das mesmas, dos bairros e das ruas.

A terceira questão – a realização da vida – é motivo de especial atenção, pois evidencia-se a importância das construções subjetivas e coletivas das culturas subalternas no espaço- na construção das espacialidades; como contra- argumento aos processos de dominação e produção do espaço na cidade.

É essencial, para pensar novas possibilidades de emancipação conhecer e apropriar-se do presente, ou seja, das novas configurações que por meio dos avanços da tecnologia da informação alteram e interferem nas práticas sociais.

O espaço público da cidade foi substituído pelo *espaço da mídia*, em que as decisões mais íntimas e pessoais e mesmo as mais amplas e políticas são decididas pelos que detêm os aparatos deste novo espaço, e assim, comandam e desenham as falsas relações ao desarticularem os vínculos presentes nas sociabilidades características do espaço da vida cotidiana. Mas é a partir desta nova categoria de espaço, o *bios midiático* a que se refere Sodré (2002), que as propostas emancipadoras devem tomar partido desta nova realidade e dar-lhes sentidos e





apropriações próprias.

As relações entre os setores subalternos e hegemônicos podem ser compreendidas a partir da análise de Bourdieu (2000) sobre campo de interação que sincronicamente pode ser conceituado como um espaço de posições e diacronicamente como um espaço de trajetórias. Estas posições e trajetórias são determinadas em grande medida pelo volume e distribuição de variados tipos de recursos ou capital. Os principais tipos de capitais são o econômico (propriedades de bens econômicos), cultural (conhecimento, habilidades e diferentes tipos de qualificações educacionais) e simbólico (méritos acumulados, prestígio e reconhecimento associado com pessoa ou a posição).

Partindo do pressuposto que dentro de qualquer campo de interação, os indivíduos baseiam-se nesses diferentes tipos de recursos para alcançar seus objetivos particulares, constitui como eixo de análise compreender como os setores subalternos se articulam neste campo de interação específico do espaço da metrópole de São Paulo.

Esta perspectiva metodológica procura desarticular o pensamento da racionalidade do espaço presente principalmente no campo das políticas públicas, desde as áreas urbanas, a sociais e culturais. O espaço das cidades tem ser-

vido ao longo dos tempos como suporte para a dominação política e reprodução do capital – os planos urbanísticos – Por que não articular outras possibilidades de uso?

As propostas emancipatórias se instalam na possibilidade de ao evitar as visões dos estudos que não consideram as espacialidades – tanto aos que atrelam apenas o vetor econômico ao entendimento do espaço, quanto aos que efetuam análises estritamente descritivas das cidades-, encontrar o elo teórico e empírico articulador da mudança: compreender a partir da análise dos processos de apropriação-adaptação pelas classes subalternas dos espaços e evidenciar os novos sentidos que estas promovem a partir de seus processos de subjetividades.

Estudos sobre os movimentos sociais e a posse do território, configuraram-se como importantes pesquisas ao evidenciarem os processos conflituosos entre o rural e o urbano e, principalmente, ao vislumbrarem realidades políticas de resistência. Na experiência brasileira podemos citar a luta do MST pela defesa e garantia do território às classes subalternizadas nos processos de exclusão. Porém, a curiosidade teórica que se estabelece está em compreender como no espaço fragmentado da metrópole de São Paulo se localizam e se instituem as novas espacialidades das culturas subalternas,





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

como dialogam e negociam com os setores hegemônicos e quais as possibilidades de ação política por meio da cultura e de sua articulação no espaço.

Deste modo, pretende-se discutir duas questões: 1ª: as concepções de valor de uso e valor de troca ; 2ª: as noções de subjetividades flexíveis e subjetividades reais.

Valor de uso e valor de troca

O que se observa hoje é uma dupla tendência na construção das cidades. De um lado, as construções ideológicas do espaço, representadas pelo valor de troca e, do outro, as relações que criam sentido na cidade, representadas pelo valor de uso.

Compreende-se como “contradições ideológicas do espaço” o “espaço que se quer moderno”, homogêneo e monumental, definido, ou melhor, “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida”. Como “relações que criam sentido na cidade”, compreende-se a possibilidade de criação de condições que promovam a realização da vida (que se acham à espreita, de modo contestatório).

Essas duas tendências revelam uma luta intensa em torno de modos de apropriação do espaço e do tempo na

metrópole- um processo que ocorre de modo profundamente desigual, revelando-se em seus fragmentos. (CARLOS, 2001, p.38)

A rua pode ser examinada como uma representação desta dupla tendência. A rua desempenhou por muito tempo a sua condição de local de encontro, da espontaneidade, da permanência, da circulação de pessoas, da troca de informações e idéias; atualmente vem perdendo essa condição e junto com ela a sua função lúdica e simbólica, por meio da racionalização das ações e das representações do que existe, dos que vivenciam e atuam nela.

A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, libertam-se e afluem. As ruas e por seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. (...) Porém, a organização neocapitalista do consumo mostra a força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita e velada). A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: Pelo sistema dos





objetos' tornados símbolos e espetáculos.
(LEFEBVRE, 2001, p.15)

As renovações e transformações ocorrem com objetivo maior da reprodução do capital, por meio da propriedade privada do solo urbano e da hierarquização do espaço. A partir dessa realidade o que impossibilita o valor de uso?

Para começar a responder este questionamento pode-se considerar como uma das possíveis causas à destruição da memória social. As alterações nos referenciais morfológicos das cidades produzem a liquidação dos referenciais individuais e coletivos o que acarreta a perda da memória.

Neste percurso busca-se pensar uma nova relação espaço-tempo (diferente da atual definida como constituída de um tempo efêmero e por um espaço amnésico) que redefina a prática sócio-espacial com base nas relações sociais e nos processos de subjetividades.

Neste processo constata-se, hoje, profundas e amplas transformações espaciais, mas, em vez de anulação, do espaço, o que se revela é a sua reafirmação, pois é cada vez mais importante dentro da estratégia da reprodução, assim como para construção das resistências:

No espaço se encontram a *brecha objetiva* (socioeconômica) e a *brecha subjetiva* (poética). No espaço se inscrevem e ainda mais, se "realizam" as diferenças, da menor

à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por eles, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse. (CARLOS, 2001, p.42)

Deste modo, a relação entre o habitante e a cidade se realiza na ação relacionada às possibilidades e aos limites do uso do lugar, em determinado momento histórico. As relações sociais ganham existência inscrevendo-se no espaço, produzindo-o, constantemente em seus limites e possibilidades.

É nesse nível que o espaço e tempo se articulam de modo indissociável como prática sócio-espacial. São as relações que criam o sentido dos lugares da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.

Subjetividades Flexíveis e Subjetividades Reais

A concepção de subjetividade, presente no senso comum, está relacionada à idéia de algo fora da realidade, por exemplo: é o que se diz de uma pessoa que "vive no mundo da lua", que é desconectada do mundo real. O que se percebe é a banalização do próprio sig-





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

nificado do conceito de subjetividade, dando importância à objetividade das práticas e ações.

Deste modo, deve-se recuperar a essência deste conceito ao evidenciar que os processos subjetivos estão relacionados as reais necessidades do sujeitos, suas histórias, sua memória, sua cultura etc.

Entretanto, vale acrescentar que este sujeito faz parte de uma coletividade e, desta forma, exerce e constrói seus processos subjetivos em relação dinâmica como ela. O conhecimento a respeito do sujeito nas origens do pensamento psicológico era centrado basicamente no indivíduo, sem uma compreensão das relações existentes com o mundo. Nesse sentido, subjetividade era vista como algo individual, pertencente unicamente ao indivíduo, porém o sujeito está em relação com ele mesmo, com os outros numa relação intersubjetiva e com o mundo concreto, dele não podendo se dissociar. Assim, não se pode compreender o sujeito em si, a não ser na sua relação com o mundo.

Os sistemas de poder utilizam-se eficientemente das subjetividades dos sujeitos para exercer a dominação. Como isso se realiza? Anteriormente esta dominação se dava exclusivamente por intermédio da força coativa e do mando, porém atualmente esta dominação tem sido realizada pelo controle das subjetividades. A

atualidade tem mostrado que por detrás da roupagem da sociedade de extrema liberdade são aprofundadas as desigualdades e, o que garante essa imagem é o controle eficiente das subjetividades, pelo treinamento das vontades e pelo adestramento dos desejos.

O objetivo dos novos mecanismos de poder não é mais submeter as pessoas de um modo humilhante, senão extrair ao máximo sua *cooperação ativa*. Para tal fim resulta decisivo criar tecnologias que propiciem a produção dessas *subjetividades flexíveis*, isto é, indivíduos que se acomodem as finalidades do sistema e incorporem como parte do seu modo específico de ser pessoa. (RUIZ, 2004, p.03)

Considerações

A partir desta análise pode-se compreender que as “subjetividades flexíveis” são a transmutação das “subjetividades reais” dos sujeitos individuais e/ou coletivos. Não há apenas a destruição ou negação das subjetividades reais, pois os processos atuam retirando elementos constitutivos da essência dos sujeitos. Esses elementos, ou parte deles, são retirados e transformados em outra “coisa”, que dá subjetividades reais, tem apenas um fragmento. É por meio desse fragmento que essa nova subjetividade – as subjetividades flexíveis – são aceitas como sendo as próprias subjetividades reais.

Na medida em que o indivíduo modela





Cultura, Cidadania e Mídias Alternativas

seus *ethos* pessoal segundo o critério definido pelos valores propostos pelo sistema, sua subjetividade vai-se configurando de um modo ativo e cooperante com as estruturas sociais. Ele vai incorporando os valores sociais como princípios pessoais e pautando sua prática pelos critérios predominantes nas estruturas sociais. É deste modo que se constroem as subjetividades flexíveis que constituem os indivíduos sujeitados. (RUIZ, 2004, p.04)

A possibilidade de mudança desse quadro está na (re)apropriação, por parte dos sujeitos individuais e/ou coletivos, das suas “subjetividades reais” (cultura, as identidades, os elementos de relação entre sujeitos, os processos cotidianos) e, desta forma, romper com os processos de dominação.

Deste modo, pretende-se por meio da articulação entre os campos de estudo ampliar as perspectivas investigativas, com ênfase na possibilidade das pesquisas em comunicação e culturas subalternas, a construção de outro discurso que reponha a ciência e a técnica no seu lugar natural, qual seja, aquele de produzir conhecimento para transformar a sociedade.



Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das*

Trocas Simbólicas. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Os desafios da produção científica no neoliberalismo: as culturas e a comunicação subalternas in: Comunicação e Política*, v. 25, n. 01. Rio de Janeiro, janeiro-abril de 2007.

_____. *Alternativas metodológicas para a produção científica*. São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2006.

GARCIA CANCLINI, Nestor. *Cultura transnacional y culturas populares*. Lima, IPAL, 1988

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ananablume, 2006

_____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito a Cidade*. São Paulo, Centauro, 2001.

RUIZ, Castor Bartolomé. *Subjetividade e poder: O simbólico e suas implicações na produção das subjetividades e na legitimação dos mecanismos de poder* In: Unidade de Ciências Humanas. São Leopoldo, s/d. Disponível em: <http://www.humanas.unisinos.br/info/castor/index.htm>

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globali-*





zação. São Paulo: Record, 2001.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2000.

SANCHÉS, Fernanda. *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SODRÉ, Muniz. *Conceito de Minoria* in: PAIVA, Raquel & BARBALHO, Alexandre. (org). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus Editora, 2005.

_____. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Entrevista de Muniz Sodré de Araújo Cabral a Desirée Rabelo in: *Revista Digital Pensamento Comunicacional Latino Americano (PCLA)*, v. 3, n° 1, outubro/novembro/dezembro de 2001.

GALEANO, Eduardo. *Espelhos - Uma História Quase Universal*. São Paulo: L&PM EDITORES, 2008

